

BASES TEÓRICAS GERAIS SOBRE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

KARISA PINHEIRO¹

Resumo

Urbanização não se restringe ao crescimento físico dos artefatos – as cidades ou seus prolongamentos materiais pelo meio geográfico circundante – pois o espaço produzido, ou as formas de urbanização expressam o caráter da formação econômico-social produtora. Partindo dessa hipótese, o presente trabalho faz uma abordagem do processo de urbanização brasileiro desde o período colonial até os dias atuais, quando houve pelo menos três padrões de urbanização no Brasil, que são: um padrão compatível com o período colonial, que se encerra após a Revolução de 30; um padrão compatível com o período de industrialização brasileiro, que se inicia em 1930 e se encerra na década de 70; e um padrão compatível com o período de globalização, flexibilização do capital, e profunda retração da economia brasileira, que perdura desde a década de 70 até os dias atuais.

Antes, porém, o trabalho abordou o padrão de urbanização latino-americana, para melhor entender o contexto em que seu deu a urbanização brasileira, e ficou clara a tendência à aglomeração urbana, entendida aqui como concentração de atividades e de população em poucas unidades, em detrimento do resto da rede urbana. Ocorre assim, nos países latino-americanos, como o Brasil, a formação de uma rede urbana truncada e desarticulada, onde há acelerado crescimento, desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, e concentração dos benefícios nas regiões e cidades mais vinculadas às metrópoles externas.

E para concluir, o trabalho aborda o atual processo de urbanização brasileira, debatendo em que medi-

da o patrimonialismo, o processo de globalização/fragmentação em curso, as mudanças tecnológicas e a flexibilização do capital influíram na configuração do arranjo territorial urbano brasileiro nas últimas décadas. Além disso, como os fluxos de pessoas, informação e mercadorias intensificaram a urbanização do Brasil.

Palavras-chave: Economia; Urbanização; Cidade.

Abstract

Urbanization process doesn't mean physical development of the cities, because the produced space or the urbanization forms express the character of the producing economical-social formation. Leaving of that hypothesis, the present work makes an approach of the Brazilian urbanization process from the colonial period to the current days, when there was at least three urbanization patterns in Brazil, that you/they are: a compatible pattern with the colonial period, that closes up after the Revolution of 30; a compatible pattern with the Brazilian industrialization period, that begins in 1930 and he/she closes up in the decade of 70; and a compatible pattern with the global period, flexibility of the capital, and deep diminution of the Brazilian economy, that lasts long since the decade of 70 to the current days.

Before, however, the work approached the Latin-American urbanization pattern, for best to understand the context in that yours gave the Brazilian urbanization, and it was clear the tendency to the urban gathering, understood here as con-

centration of activities and of population in few units, in detriment of the rest of the urban net. He/she/you happens like this, in the Latin-American countries, like Brazil, the formation of a truncated and disjointed urban net, where it has been accelerating growth, unevenness among the weak development of the productive forces and the accelerated space concentration of the population, and concentration of the benefits in the areas and cities more linked to the external metropolises.

And to end, the work approaches the current process of Brazilian urbanization, discussing in that measured the patrimony, the global process in course, the technological changes and the flexibility of the capital influenced on the configuration of the urban territorial arrangement Brazilian in the last decades. Besides, as the people's flows, information and goods intensified the urbanization of Brazil.

Key-words: Economy; Urbanization; City.

Introdução

O conceito de urbanização não se restringe ao crescimento físico dos artefatos, as cidades ou seus prolongamentos materiais pelo meio geográfico circundante. Compreende também, a difusão das subjetivações desenvolvidas no interior das cidades pelas outras cidades e pelos meios geográficos circundantes (GONÇALVES, 1995).

Assim sendo, a problemática urbana não pode ser compreendida apenas a partir do estudo da estrutura territorial;

¹ Arquiteta, Professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET), Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-MOSSORÓ), Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e-mail: karisapinheiro@uol.com.br

...só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural, que tanto o campo como a cidade, e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos. Na verdade, hoje mais do que no passado, estes aspectos não passam de uma primeira aparência de um processo mais profundo de transformação da estrutura de classes e dos modos de produção presentes. (SINGER, 1998:27).

O espaço produzido, ou as formas de urbanização expressam o caráter da formação econômico-social produtora. Assim, as cidades se estruturam no meio natural adaptando-o de modo a propiciar um ambiente adequado à realização das atividades econômicas e sociais humanas, e uma das principais características do sistema econômico e social nos último dois séculos é a organização de formas de produção especializadas, exigências do livre mercado e da busca do lucro, pilas-tras básicas do sistema capitalista (Marx in: DEMO, 1995).

Devido à especialização, espaços urbanos dentro de uma mesma cidade podem ser segmentados, por exemplo, em áreas predominantemente comerciais e de serviços (localizadas em regiões da cidade que propiciem instalações adequadas e de fácil acesso aos compradores e clientes, visando maiores lucros para as atividades instaladas), áreas residenciais (de fácil acesso aos locais de trabalho e às atividades sociais, de lazer, comércio e serviços), e áreas destinadas à produção industrial (de fácil acesso a insumos e fácil escoamento da produção). Obviamente a existência de tais áreas especializadas não exclui a existência de outras de uso misto, onde duas ou mais atividades se sobrepõem.

Cada um dos setores econômicos e sociais da cidade tem, portanto, além de seu espaço físico, seus interesses e aspirações individuais ou setoriais, que visem alcançar o lucro e o melhor desempenho de suas funções, que podem ser coincidentes entre si ou conflitantes, surgindo assim a criação de instrumentos capazes de organizar e mediar tais

conflitos – são os instrumentos de planejamento e regulamentação. Desse modo, podemos afirmar, em linhas gerais, que existem duas forças básicas agindo sobre o ambiente da cidade: a primeira, surgindo desses interesses e aspirações individuais ou setoriais, e a outra, que muitas vezes é chamada de interesse da coletividade, buscando organizar, planejar e regulamentar os interesses diversos e muitas vezes conflitantes.

Como tanto o ambiente natural quanto as atividades econômicas e sociais humanas evoluem no tempo, os espaços das cidades também evoluem, basicamente de duas maneiras: adaptando novos territórios e conseqüentemente expandindo seu perímetro, ou readaptando áreas para novos usos e funções, formando assim uma estrutura territorial intrínseca a cada cidade.

Assim sendo, nesse processo de expansão urbana ou de reestruturação das cidades visando adaptar o meio físico para o desempenho de novas funções socioeconômicas, significativa soma de recursos é investida tanto pelo poder público como por toda a sociedade, razão esta capaz de transformar uma cidade em expansão num pólo atrativo de imigração de populações vizinhas.

O padrão de urbanização latino-americano: perspectiva histórica para melhor entender o processo de urbanização brasileiro

O sistema econômico implantado pelos europeus na América Latina quando colônia, tinha por objetivo geral a obtenção de um excedente comerciável que pudesse ser apropriado pelas metrópoles e vendido nos mercados europeus.

Desse modo, surge na América Latina uma rede urbana criada para sustentar o sistema de exploração colonial que, aos poucos, passou a desenvolver as forças produtivas, acarretando uma gradual ampliação e diversificação de suas funções. O ponto de partida para esse processo foi, provavelmente, a expansão das forças produtivas na Europa, a partir do século XVIII, que

“ O surgimento da fazenda pode ser considerado como o início de um processo de profunda reorganização das forças produtivas no Setor de Subsistência latino-americano. ”

abriu mercados para os novos produtos coloniais e permitiu que áreas até então intocadas ou relegadas a uma economia de subsistência, pudessem ser incorporadas ao Setor de Mercado Externo (SINGER, 1998).

Os portugueses estabeleceram inicialmente fazendas de gado no sertão nordestino, capazes de fornecer um excedente alimentar aos engenhos açucareiros da costa. Como bem descreve SINGER (1998), em seu livro Economia Política da Urbanização, ocorre o início de uma vida comercial, o reconhecimento europeu da possibilidade da colônia como mercado consumidor, e conseqüentemente, profundas mudanças na organização da vida urbana colonial; mais precisamente ele diz:

(...) O surgimento da fazenda pode ser considerado, pois, como o início de um processo de profunda reorganização das forças produtivas no Setor de Subsistência latino-americano.

A principal conseqüência dessa reorganização, para a vida urbana, é que o excedente alimentar produzido pela economia de subsistência vai animar agora uma vida comercial cada vez mais ampla, de um lado, pela comercialização do próprio excedente alimentar e, de outro, devido aos gastos da classe senhorial em todo tipo de bens de luxo, geralmente importados. (SINGER, 1998:106)

Cada vez mais comerciais, algumas cidades adquirem proeminência sobre amplas áreas rurais, e se tornam importantes centros de redistribuição de mercadorias, entre diferentes regiões da mesma colônia, e também berços da vida política

“ *Com a crise da economia colonial [...] ocorreu o ressurgir precário do artesanato nas áreas rurais e surtos de industrialização nas áreas urbanas.* ”

colonial e dos movimentos em prol da independência, nos primeiros anos do século XIX.

Porém, essas cidades latino-americanas, mesmo depois da independência de cada uma das nações, continuaram no plano econômico, sendo sustentáculo da ordem e canal de intermediação comercial e escoamento do mesmo tipo de excedente agrícola e extrativo. A partir delas, ocorre a construção de sistemas de transportes que servem, de um lado, à expansão de atividades em novas áreas, e de outro, à solidificação da unidade nacional. Assim, essas cidades-chaves se apropriam de um excedente cada vez maior, atraíam tanto os que possuem renda elevada, como também uma massa de migrantes do campo, inicialmente europeus e posteriormente camponeses, colonos, trabalhadores rurais e ex-escravos da própria nação.

Com a crise da economia colonial, a partir da crise mundial pela qual passa o capitalismo depois de 1914, ocorreu o ressurgir precário do artesanato nas áreas rurais e surtos de industrialização nas áreas urbanas. A partir daí, surge uma verdadeira divisão de trabalho entre cidade e campo, e tão logo a cidade passa a crescer rapidamente e exigir uma enorme demanda de alimentos, as velhas formas de exploração do campo são quase que abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso, uma agricultura capitalista, cujos produtos alcançam preços competitivos com lucros maiores.

Assim, a urbanização na América Latina que se deu a partir de meados do século XX, se caracterizou pelo seu acelerado crescimento, pelo

desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, e pela formação de uma rede urbana truncada e desarticulada, onde há concentração dos benefícios nas regiões e cidades mais vinculadas às metrópoles externas. Portanto, ocorre enorme desequilíbrio inter regional, urbano-rural e inter urbano, e conseqüentemente uma acentuação do subdesenvolvimento (SINGER, 1998).

A tendência da urbanização latino-americana à aglomeração urbana, entendida aqui como concentração de atividades e de população em poucas unidades, em detrimento do resto da rede urbana, é uma contradição que o capitalismo apresenta em países não desenvolvidos. Resulta dos mecanismos do livre mercado, que protege as decisões do capital visando somente o lucro; como por exemplo, a indústria que requer ampla escala de produção e aproveitamento máximo da sua capacidade instalada, irá se instalar nas áreas onde houve investimentos maciços em serviços de infra-estrutura – transporte, energia, água, esgoto, comunicações. E o Estado, por sua vez, ainda irá beneficiar a instalação dessa indústria de várias formas, para que ela fique em áreas, ou economias, de aglomeração.

A evolução do padrão de urbanização brasileiro

A dinâmica das cidades e o processo de urbanização brasileiro modificaram-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações socioeconômicas e políticas. Do período colonial até os dias atuais, houve pelo menos três padrões de urbanização no Brasil, citados abaixo e descritos no decorrer deste capítulo:

1 Um padrão compatível com o período colonial, que se encerra com a queda da oligarquia cafeeira, após a Revolução de 30;

2 Um padrão compatível com o período de industrialização brasileiro, quando ocorreram intensos fluxos migratórios e grandes desequilíbrios regionais, que se inicia em 1930 e se encerra na década de 70;

3 Um padrão compatível com o período de globalização, flexibilização do capital, e profunda retração da economia brasileira, que perdura desde a década de 70 até os dias atuais.

No período colonial, a urbanização deu-se inicialmente com a implantação de cidades como pontos fortificados, a partir do qual se irradiava o poder colonizador, submetendo as populações indígenas à autoridade política do rei e ideológica da Igreja, apropriando e redistribuindo terras, aniquilando quilombos e reprimindo o contrabando e forças colonialistas rivais.

A conquista opera um rearranjo limitado nas atividades primárias, fazendo surgir em cada uma das regiões no máximo uma atividade especializada voltada para o Mercado Externo, onde se destaca o Nordeste brasileiro com o surgimento de fazendas de gado e engenhos de açúcar. Não havia uma verdadeira divisão de trabalho entre cidade e campo. A cidade apropriava-se de uma parte do excedente do campo, para manter seu papel político e ideológico de preservação do sistema colonial.

Somente depois de três séculos de exploração, já no século XIX, é que o excedente extraído das monoculturas voltadas para a exportação, vai animar uma pequena vida comercial nas cidades, mas não ocorre até aí expansão da rede urbana brasileira, e sim reformas urbanas à moda europeia tais como: saneamento básico, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2001).

Até os anos 30, o surgimento das cidades e o desenvolvimento da estrutura territorial estavam voltados para os interesses de comercialização ligados aos ciclos produtivos de açúcar, algodão e café. Nas primeiras décadas do século XX, com a crise geral que os países desenvolvidos enfrentam, há uma queda da demanda estrangeira para os produtos brasileiros e se encerra a etapa de desenvolvimento primário-exportador no Brasil.

A partir daí, o processo de urbanização no Brasil toma novos rumos, impulsionado pela emergência do

trabalhador livre (1888), pela Proclamação da República (1889) e pela indústria incipiente. A industrialização ocorre nos moldes capitalistas mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação do capital e de outro, encaminhar o excedente acumulável a algumas cidades-chaves.

O governo desenvolvimentista que se instalou no Brasil nessa época investiu maciçamente na indústria nacional, através de: fixação de taxas favorecidas de câmbio pelo Estado; crédito estatal a juros baixos ou negativos; subsídios; isenções fiscais; custo da mão-de-obra subsidiado indiretamente mediante fornecimento de serviços sociais (saúde, educação, alimentação, habitação, seguro social); serviços de infra-estrutura (transporte, energia, água, esgotos, comunicações) fornecidos a preços subvencionados (SINGER, 1998).

Como no capitalismo a concentração do capital e a concentração espacial das atividades possuem um nexo causal comum, ou seja, as empresas querem usufruir ao máximo as vantagens da aglomeração, o processo de investimentos e concentração industrial tendeu a se concentrar nos centros urbanos com certa densidade populacional e com facilidades administrativas ligadas à exportação. Assim, as indústrias instalaram-se predominantemente na Região Sudeste, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A nova realidade impunha novo padrão de urbanização, através da integração econômica, intercâmbio entre as regiões e desenvolvimento do mercado nacional. Nesse contexto foi desenvolvida uma rede de transportes para a interligação dos mercados regionais, propiciando a partir daí a expansão acelerada da rede urbana brasileira (GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO, 2003).

O ponto alto desse padrão de urbanização foi a mudança tecnológica que ocorreu na época – a industrialização. Enquanto nos países desenvolvidos a mudança tecnológica se dá à medida que certas inovações “amadurecem”, nos países subdesenvolvidos ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, sub-

metendo a estrutura econômica a choques profundos. O que ocorreu em consequência disso foram os intensos fluxos migratórios que marcaram o padrão de urbanização brasileiro dos anos 40 aos anos 80.

Enquanto as regiões favorecidas não paravam de acumular vantagens, a população das áreas desfavorecidas sofria um empobrecimento relativo com a marginalização em relação à divisão regional do trabalho, fechando-se sobre si mesma em economias de subsistência. E vale salientar que após a Revolução de 30, houve:

- a) A derrubada da oligarquia cafeeira do poder;
- b) Um pacote de incentivos para a industrialização;
- c) O desarmamento dos “exércitos do sertão” (bandos de capangas armados chefiados por fazendeiros) que garantiam laços econômicos e psicossociais entre agregados, colonos e cativos ao senhor da terra;
- d) A criação de legislação trabalhista aplicável somente às áreas urbanas.

Configurou-se assim um sistema de incentivos que atraiu maciçamente os trabalhadores rurais às cidades. A população rural passa a constituir para a economia capitalista industrial, uma verdadeira mão-de-

obra barata e disponível, ou na concepção marxista – um exército industrial de reserva.

A mobilização desse exército se faz entre 1930 e 1970. Além do sistema de incentivos criados pelo governo desenvolvimentista pós Revolução de 30, citados acima, houve outros fatores de mobilização da população, são eles:

- a) A construção de uma rede de rodovias interligando as regiões do país;
- b) A sistemática queda de mortalidade, relacionada à extensão da rede pública de água, às campanhas de vacinação, atendimento às gestantes e melhoria do nível de escolaridade da mãe, que acelerou o crescimento da população e ocasionou mais pressão sobre a terra, provocando fortes correntes migratórias para zonas agrícolas pioneiras e para as cidades.

Por tantas razões tem-se observado no Brasil, desde os anos 40, aumento significativo de sua população urbana. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas residiam no meio urbano, representando 26% do total nacional. Em 2000, tem-se 137,9 milhões de pessoas residindo no meio urbano, o que representa 82% do total. Graficamente, os dados relativos a todos os censos desde a década de 40, podem ser mais bem expressos no Figura 1 abaixo:

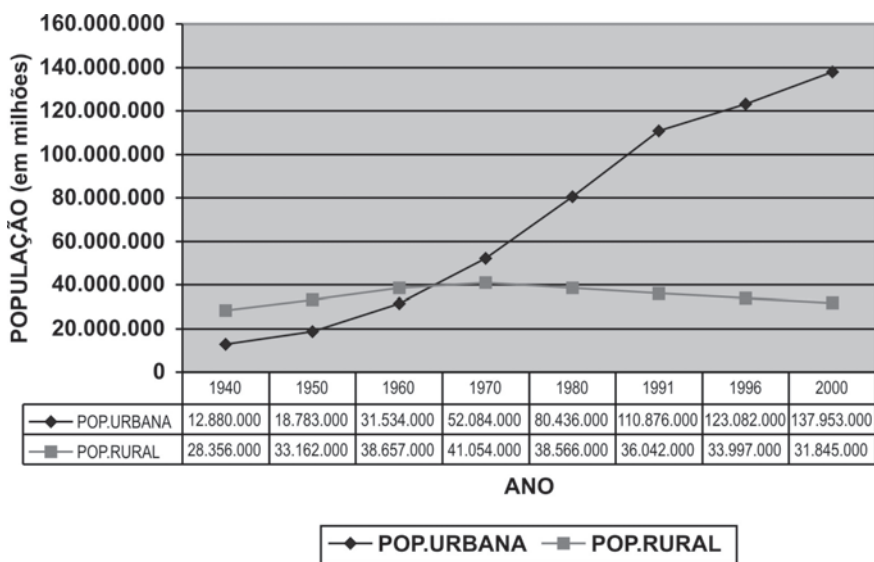


Figura 1: População urbana e rural – Brasil – 1940-2000

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1940 a 2000; Contagem Populacional de 1996. Concepção da autora a partir de tabela apresentada em GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO (2003:272).

Como está claro no gráfico acima, a grande mudança no padrão de urbanização brasileiro se deu na década de 70, quando a população urbana supera a rural. O censo de 1970 estimou que cerca de 30 milhões de pessoas, numa população de 93 milhões, cruzaram o território nacional nesse período em busca das cidades, havendo assim uma verdadeira redistribuição espacial da população brasileira (GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO, 2003).

É interessante observar que essa redistribuição espacial da população está profundamente interligada com desenvolvimento econômico da nação. Como já foi dito acima, temos:

**Concentração do capital
= Concentração espacial**

Sendo o PIB (Produto Interno Bruto) um bom indicativo do desenvolvimento econômico, pode se afirmar que o período dos anos 40 aos 80, foi marcado por:

- a) acelerado crescimento econômico, com PIB em média de 7% ao ano;
- b) “explosão” do crescimento urbano, com o processo de concentração da população em cidades cada vez maiores.

Nesse período, a cada década o Brasil se urbanizava cada vez mais. Todas as Grandes Regiões sentiram esse reflexo, em especial o Sudeste, já que se trata da maior economia nacional e portanto maior receptor de fluxos migratórios. Assim o Sudeste se urbanizou, tanto em termos relativos quanto absolutos, mais aceleradamente do que as demais regiões. A Figura 2 resume essa situação.

No entanto, o declínio econômico nas décadas de 80 e 90 traz novas transformações no padrão de urbanização brasileiro. Nessas décadas, o Brasil sofre o impacto da reestruturação produtiva internacional que atinge os países capitalistas centrais no início dos anos 70 (MARICATO, 2001). O PIB brasileiro decresce nos anos 80, para uma média de 1,3% ao ano, e uma média de 2,1% ao ano, nos anos 90.

Complementando o gráfico 02 com dados relativos aos anos 80, 90

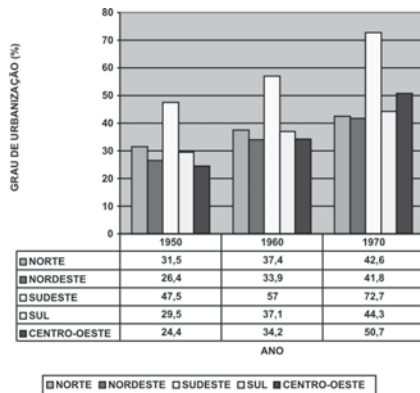


Figura 2: Grau de urbanização das Grandes Regiões no Brasil – 1950-1970

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1940 a 2000 e Contagem Populacional de 1996. Concepção da autora a partir de tabela apresentada em GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO (2003:276).

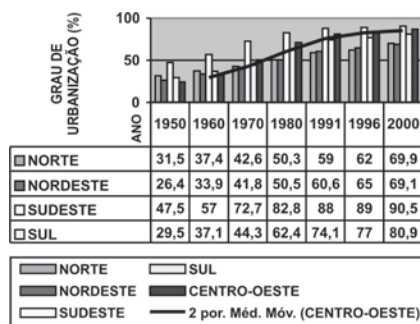


Figura 3 – Grau de urbanização das Grandes Regiões no Brasil – 1950-2000

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1940 a 2000 e Contagem Populacional de 1996. Concepção da autora a partir de tabela apresentada em GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO (2003:276)

e 2000, tem-se um novo gráfico com a evolução do grau de urbanização nesse meio século (Ver figura 3). Nele é possível perceber, pelo decréscimo relativo do grau de urbanização em cada uma das regiões, que surge no Brasil um novo padrão de urbanização – o padrão compatível com o período de globalização, flexibilização do capital, e profunda retração da economia brasileira, que perdura desde a década de 70 até os dias atuais.

Vale salientar que a dinâmica demográfica brasileira também afeta o padrão de urbanização, pois houve diminuição do crescimento populacional devido, principalmente, à diminuição da taxa de natali-

dade, mas esse decréscimo no grau de urbanização desde a década de 80, assim como a diminuição da disparidade inter-regional que ocorria nos anos 70 e 80, estão principalmente relacionados às mudanças recentes em termos de fluxo migratório (GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO, 2003).

Teoricamente, a migração pode ser vista como mobilidade da força de trabalho, diretamente vinculada com a criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho na nação. Se tais mercados se diversificam no espaço geográfico e se reestruturam em termos de uso de tecnologia e mão-e-obra, os fluxos migratórios tendem a acompanhar os fluxos do capital no espaço. A alteração de tendências migratórias pode ser o resultado de maior ou menor investimento público e privado em certas regiões.

Assim, movimentos do tipo campo-cidade, característico do período 1930-1970, perdem a primazia para um padrão mais disperso do tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão.

Desde os anos 90 as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, têm as menores taxas de crescimento do país. Segundo o censo do IBGE de 1991, embora as metrópoles apresentem crescimento absoluto maior do que o país como um todo, seu ritmo diminuiu, e as cidades de porte médio, entre 100.000 e 500.000 habitantes, crescem a taxas maiores do que as das metrópoles – 4,45% contra 1,99% respectivamente – e abrigam cerca de 22% da população (Ver Figura 4).

É evidente que boa parte dessas mudanças corresponde ao aumento de oportunidades econômicas em localidades menores, escassez de emprego em grandes centros urbanos, e piora das condições de vida das famílias nessas áreas metropolitanas. Nas metrópoles, o processo de urbanização se apresentou como uma “máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 2001), contrariando a utopia da metrópole como oportunidade de ascensão financeira e social para o

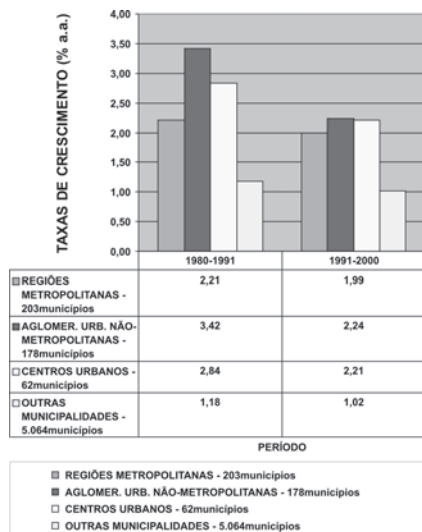


Figura 4 – Taxas crescimento da população segundo a morfologia da rede urbana – Brasil – 1980-2000

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1980 a 2000. A morfologia da rede urbana está baseada em Ipea/IBGE/Nesur-Unicamp (2000). Concepção da autora a partir de tabela apresentada em GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO (2003:285).

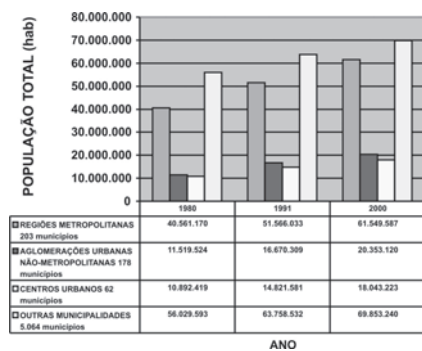


Figura 5 – População segundo a morfologia da rede urbana – Brasil – 1980-2000

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1980 a 2000. A morfologia da rede urbana está baseada em Ipea/IBGE/Nesur-Unicamp (2000). Concepção da autora a partir de tabela apresentada em GONÇALVES, BRANDÃO, GALVÃO (2003:285).

migrante. No final do século a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, crianças abandonadas, violência, epidemias.

Analisando a figura 4 é possível perceber esse desaceleramento no crescimento das metrópoles, em virtude do crescimento de (100.000-500.000 hab). Esse gráfico demonstra as taxas de crescimento da popu-

lação brasileira, nas últimas décadas, nas regiões metropolitanas, nas cidades de médio porte (aglomerações não-metropolitanas e centros urbanos) e nas demais municipalidades.

Ocorre então a rápida expansão de outras áreas que não o município sede da metrópole, embora neste continue a se alojar a maior parte da população estadual. Os anos 70 foram marcados pelo processo de metropolização da urbanização brasileira, já as tendências recentes do processo de urbanização iniciadas nos anos 80, reforçam o processo de desconcentração populacional, com a emergência de novas territorialidades (centros e subcentros regionais) e a realocação espacial da populacional em escala microregional. Tais tendências serão mais bem explicadas no subcapítulo seguinte desse referencial teórico.

Vale salientar que, mesmo com a mudança do padrão de urbanização brasileira apontando para um processo de desmetropolização, as metrópoles ainda concentram relativamente a maior parte da população brasileira. Segundo MARICATO (2001), cerca de 30% da população urbana do Brasil vive em apenas 9 metrópoles. São aproximadamente 55 milhões de pessoas, mais do que a população de vários países latino-americanos ou europeus, que fazem a “macrocefalia” das metrópoles brasileiras. A Figura 5 demonstra a distribuição desproporcional da população brasileira, nas últimas décadas.

Merece atenção o fato de que a maior parte do contingente populacional (cerca de 53%-59%) está concentrada nas grandes cidades (cerca de 8% da rede urbana), enquanto a outra parte (cerca de 41%-47%), está dispersa nas pequenas cidades (cerca de 92% da rede urbana).

Assim fica claro que a urbanização no Brasil, apesar de ser um dos países mais urbanizados do mundo, com 82% da população residindo em meio urbano, se caracteriza por uma rede urbana desarticulada com a formação dos megapólos “desproporcionalmente” grandes e profundamente marcada pelas desigualdades territoriais e sócio-econômicas.

Considerações finais: o processo de urbanização brasileiro atual

Em que medida o patrimonialismo, o processo de globalização/fragmentação em curso, as mudanças tecnológicas e a flexibilização do capital influíram na configuração do arranjo territorial urbano brasileiro nas últimas décadas? Além disso, como os fluxos de pessoas, informação e mercadorias intensificaram a urbanização do Brasil? Como resultado o país é mais integrado ou fragmentado? De desenvolvimento mais igualitário ou desigual?

No caso do espaço urbano brasileiro, a condição colonial e a de economia periférica produziram espaços estruturalmente agregados com funções de exportações de determinados produtos, para os quais já havia demanda organizada, incluindo canais de comercialização organizados em escala internacional.

Assim o Brasil expressa a condição de país de colonização européia, onde até hoje as elites e a classe média repercutem as idéias que se formam no centro. Apesar da República e da industrialização, o Estado manteve fortes heranças do país patrimonial, onde o poder político está ligado ao patrimônio pessoal e o empresariado urbano cresceu ao longo do século, num sistema de favores mútuos com o Estado (GONÇALVES, 1995).

Esse sistema de favores entre Estado e elite acabou por gerar uma estrutura territorial cheia de contradições e desigualdades. Em continuidade ao passado colonial, quando havia uma divisão de trabalho entre cidade e campo, a cidade continuou a dominar o campo e sugar-lhe toda sua força de trabalho e excedente, sem dar nada em troca. Assim, as regiões já privilegiadas pelos investimentos públicos e privados, desde o tempo colonial, continuaram a ser privilegiadas e acumular capital, em detrimento das regiões por ela dominadas, que continuaram na pobreza em economias de subsistência, com a reprodução da força de trabalho fazendo cada vez mais pressão sobre a terra.

“O desenvolvimento urbano no Brasil está intimamente ligado às características históricas de uma sociedade de raízes coloniais...”

O Estado patrimonialista então acabou por favorecer algumas regiões e gerar uma rede urbana desarticulada e desigual, tendo mais da metade da população nacional concentrada em poucos focos dinâmicos (cerca de 8% da rede) e uma dispersa rede de pequenas cidades, pobres e sem uma verdadeira economia de mercado.

O desenvolvimento urbano no Brasil está intimamente ligado às características históricas de uma sociedade de raízes coloniais, e nunca rompeu com a dominação fundada sobre o patrimonialismo e o privilégio, e nem tampouco com a dominação externa. Segundo MARI-CATO (2001), a construção de uma nação se relaciona com a consolidação do mercado interno; e essa consolidação sempre foi interrompida pelo crescente controle do capital internacional sobre o processo de industrialização brasileira após o fim da Segunda Guerra.

Assim, o processo de urbanização brasileiro sempre apresentou um grau de dependência externa, tanto que nas décadas de 80 e 90, com o impacto da reestruturação produtiva internacional que atingiu os países capitalistas centrais na década de 70², a estrutura territorial brasileira toma novos rumos, com a metrópole crescendo a taxas cada vez menores, as cidades de médio porte (100.000-500.000 hab) crescendo a taxas cada vez maiores, refluxo migratório de populações que migraram na década de 70, tendência menor da cidade à expansão do território, transformação do uso, etc.

Esse processo que partiu dos países capitalistas centrais chama-se *globalização* e caracteriza-se pela que-

bra de fronteiras entre diversos países do planeta – fronteiras econômicas, sociais, culturais, políticas, de câmbio, etc.. Segue abaixo algumas definições sobre globalização (GONÇALVES, 1995):

- 1 globalização na economia refere-se à evolução do capitalismo nos EUA e ao seu papel para a atual configuração do mundo;
- 2 globalização social refere-se a movimentos sociais urbanos que estão se estruturando em dimensão universal;
- 3 globalização cultural refere-se tanto à homogeneização crescente de costumes, estilos de vida entre lugares do mundo, quanto à diversificação do interior de cada lugar;
- 4 globalização política refere-se às diversas formas de dominação dos Estados estrangeiros.

A globalização então recoloca o confronto “*internacionalismo* versus *nacionalismo*”, ou seja, o “*global* versus *local*”, postulando o fortalecimento da esfera do poder central em detrimento da esfera local, ou vice-versa.

Atualmente o debilitamento financeiro do setor público e as novas idéias que brotam do centro fazem falar do enfraquecimento do Estado no Brasil. O papel do Estado então se resume a intermediar o conflito do intervencionismo internacional com os poderes locais e comunitários, privilegiando quase sempre as decisões do capital estrangeiro. Dessa forma a abertura de mercados, a montagem/desmontagem de amplos setores de produção, a privatização das estatais, a desvalorização da moeda nacional, e outras decisões submetem a economia brasileira a choques profundos que, por consequência, podem alterar rapidamente a dinâmica da rede urbana. A verdade é que qualquer ajuste de inspiração neoliberal em sociedades como as latino-americanas têm consequências bem mais dramáticas do que nos países centrais. Pois se dá

sobre uma sociedade desigual, de acesso restrito aos direitos (MARI-CATO, 2001).

Outro aspecto importante que repercute no atual processo de urbanização brasileiro, além da herança patrimonial que garante privilégios à elite, e da recente inserção no mundo globalizado que privilegia o capital internacional, é a mudança tecnológica que tem ocorrido nas últimas décadas.

A questão é que quando ocorre em países subdesenvolvidos com uma sociedade e estrutura territorial tão desigual como o Brasil, pode submeter o país a choques profundos. Pelo menos aparentemente, a sociedade brasileira vem sendo mais vítima dos efeitos negativos dos processos de ajustamento empresarial do que beneficiária dos novos efeitos positivos que seriam viabilizados pelo aumento da competitividade da indústria e dos serviços (GONÇALVES, 1995). Merecem atenção as seguintes conseqüências:

- a) a dilaceração das áreas metropolitanas brasileiras, devido à “*concentração de efeitos perversos, acesso restrito a novas funções e atividades de elevada qualificação e renda, rescaldo da mobilidade descendente, decorrente das atividades industriais e funções obsoletizadas pela mudança tecnológica*” (GONÇALVES, 1995);
- b) a exclusão de áreas periféricas, não dotadas de infra-estrutura e população com grau satisfatório de educação.

Fica claro assim, que a mudança tecnológica em países como o Brasil pode aprofundar suas desigualdades regionais e mudar os rumos da urbanização brasileira, como já ocorreu anteriormente, com o advento da industrialização nas grandes cidades a partir da década de 30 do século XX que, junto com a estagnação econômica do campo, deu início a um processo de deslocamento populacional que acabou por urbanizar quase que totalmente o Brasil em apenas meio século de sua histó-

¹ “A partir de meados dos anos 70, os países centrais adotaram novos padrões de acumulação e regulação: produção baseada em alta tecnologia, flexível, e Estado mínimo” (PIQUET, RIBEIRO, 1991: 85)

ria; passando sua população urbana da ordem de 26% do total em 1940, para 82% do total em 2000.

A mudança tecnológica então incide significativamente sobre a indústria e os serviços afetando as estruturas ocupacionais, o emprego, a cultura e a organização política. E nas duas últimas décadas, as principais tendências de mudança tecnológica são (GONÇALVES, 1995):

a) a emergência do complexo eletrônico;

b) a automação avançada dos processos de trabalho;

c) a revolução nos processos de trabalho e na organização gerencial.

O ponto alto dessas tendências é a revolução nos processos de trabalho, onde se fala muito atualmente em *flexibilização do capital*. Dentre as teorias que buscam respostas para a crise atual do capitalismo, tem-se a escola *regulacionista*, que acredita na dominância histórica da produção em série fordista, sua crise e sua substituição pela acumulação flexível pós-fordista (PIQUET, RIBEIRO, 1991).

No sistema flexível de produção, os capitalistas buscam, através da segmentação e diferenciação dos

produtos, o meio para evitar mercados saturados (a economia fordista contava com amplos mercados relativamente estáveis). Busca a flexibilidade da produção e vem ocorrendo com sucesso nos países centrais.

O sistema flexível, quanto à força de trabalho, caracteriza-se por altas taxas de rotatividade, proliferação do trabalho temporário e de tempo parcial, em outras palavras caracteriza-se pela *terceirização* da mão-de-obra. Ocorre também o fácil desagregamento do operariado, quando uma indústria desloca-se.

O sistema flexível também tem seus reflexos no território: centros de inovação, tecnopólos, parques industriais rejuvenescidos, etc. que em geral localizam-se em zonas semi-urbanas, onde se reúnem empresas inovadoras, centros de pesquisa de ponta, universidades, aeroportos, espaços verdes para residência e recreação. No Brasil esse processo já se faz sentir especialmente no interior paulista, onde está ocorrendo gradativamente a interiorização de diversas atividades de ponta.

No entanto, as novas tecnologias, que tem como um dos seus objetivos centrais flexibilizar a produção e o

uso da força de trabalho, não constituem uma fórmula mágica para resolver problemas que se colocam no plano social e territorial, pois a experiência aprofunda cada vez mais as desigualdades entre regiões e cidades de uma mesma região, e recria novamente mais uma economia de aglomeração.

Referências

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONÇALVES, Maria Flora (org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

____; BRANDÃO, Carlos Antônio (org.); GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PIQUET, Rosélia (org.); RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.



O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS MODERNOS DO PAÍS!

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas.

Confira com a coordenação do curso:

Tels: 3273-8557 / 3273-8603

economia@unifacs.br